

Comissão Arinos limita juros da dívida a 3%

Se proposta for aceita, País abrirá guerra à comunidade financeira internacional

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

"Ficam limitados ao máximo de 3 por cento reais ao ano sobre o saldo da dívida externa já contraída pela União, os encargos de qualquer natureza que sobre ela possam ser pagos", depois de "apropriada análise de sua legitimidade". Esta disposição transitória, verdadeira declaração de guerra à comunidade financeira internacional, consta o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão Afonso Arinos.

O texto já foi entregue ao Governo, que o mantém em sigilo por determinação pessoal do presidente José Sarney, e sua efetiva adoção depende logicamente da Constituinte. Se aprovado, o Brasil passará a pagar cerca de 3 bilhões de dólares por ano de juros — um quarto do saldo comercial previsto para 1986 —, contra 10 bilhões que vem pagando anualmente até agora.

Para o futuro, e aí como norma permanente da Constituição, a Comissão propõe que os contratos de empréstimo ou outras obrigações externas contraídas ou garantidas pela União, pelos Estados e pelos municípios "ou por pessoas jurídicas sob seu controle" só terão valor legal quando aprovados pelo Congresso Nacional.

Há duas diferenças fundamentais nessa proposição em relação ao que de-

termina a Constituição atual, outorgada em 1969 pelo regime militar. Primeiro, cabe apenas ao Senado (e não ao Congresso) autorizar a contratação de dívida externa pela União, Estados e municípios, mesmo assim, os senadores só examinam o montante do empréstimo e o plano de sua aplicação, mas não as cláusulas dos contratos. Segundo, os empréstimos contraídos por "pessoas jurídicas sob seu controle" — a Petrobrás, por exemplo, ou qualquer outra empresa estatal — não tem atualmente qualquer controle pelo Poder Legislativo.

O anteprojeto constitucional determina ainda que todos os contratos externos tenham como foro obrigatório o Distrito Federal, ao contrário de hoje, quando qualquer pendência jurídica sobre a dívida brasileira é decidida por juizes e tribunais de países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. E esta é outra declaração de guerra.

Há mais. O texto da Comissão Afonso Arinos cerceia também o capital de risco investido no Brasil por estrangeiros, determinando-lhe "função supletiva" e limitando as remessas de dividendos, royalties, juros, pagamentos de assistência técnica e bonificações — além de proibir às empresas e cidadãos do exterior a propriedade, posse ou uso de ter-

ras onde existam jazidas, minas e ou tros recursos minerais ou potenciais de energia elétrica.

Sobra munição, também, para os donos do País, mesmo brasileiros. Ao estabelecer a ordem econômica, o anteprojeto coloca como seus objetivos a justiça social antes do desenvolvimento e a valorização do trabalho antes da liberdade de iniciativa, determinando "a função social da propriedade e da empresa" com ênfase inédita no Brasil.

Não há maiores cerceamentos à intervenção do Estado na economia e, nesse sentido, a proposta da Comissão Afonso Arinos não tem nada de liberal. Apenas a atividade produtiva estatal deve ser "supletiva e restrita, ocorrendo somente quando comprovadamente necessária". O imenso poder regulamentador do Estado, no entanto, é mantido. O que se procura diminuir é o poder do Executivo, neste e em outros campos dividido com o Congresso Nacional e até com a sociedade civil — e nesse sentido sim o anteprojeto é liberal e mesmo socializante.

Por exemplo, a Comissão propõe que "a formulação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento contará com a participação, na forma da lei de pessoas jurídicas de direito público, comissões especiais, organizações profissionais e entidades de classe".



País lucraria US\$ 4 bilhões

ARNOLFO DE
CARVALHO
Chefe de Reportagem

Fixar em constituição que o País pagará no máximo 3 por cento reais de juros da dívida externa, por ano, pode ser uma boa maneira de colir a transferência ao exterior de 5 por cento de toda a riqueza produzida pelos brasileiros — mas será também o caminho mais curto para o confronto com o sistema financeiro internacional (leia-se Estados Unidos), equivalente a uma "moratória constitucional".

O instituto das taxas flutuantes nos empréstimos internacionais pode ser acusado de principal responsável pela mais refinada forma de exploração imperialista dos ricos sobre os pobres. Por conta desta prática bancária,

o Brasil chegou a remeter anualmente aos banqueiros cerca de 14 bilhões de dólares por conta do serviço da dívida, quando a crise internacional jogou a **prime rate** americana para 20 por cento após os choques do petróleo.

Com a estabilização monetária do Ocidente, nos últimos dois anos, o custo do dinheiro caiu a quase um terço nos Estados Unidos, puxando naturalmente a taxa do euromercado (Libor). Com isso, os acordos de renegociação da dívida externa conseguiram reduzir um pouco o custo do dinheiro para os devedores, enquanto o Brasil transferia a maior parte de sua dívida 44,2 bilhões de dólares para a taxa londrina (atualmente entre 5,5 e 6 por cento). Hoje somente 21 por cento da dívida de médio e longo prazo (ou

20,3 bilhões de dólares) estão atrelados à **prime rate** (agora em 7,5 por cento ao ano).

A grosso modo, o País deve estar pagando hoje algo entre 9 a 10 por cento de juros sobre a dívida externa, pois além da **prime** ou da **Libor** ainda se pagam taxas de risco (1,25 por cento nos novos contratos) e alguma comissão. Supondo 3 por cento de inflação anual nos EUA, estaríamos pagando uma taxa Real de juros da ordem de 6 a 7 por cento — considerada excessivamente alta em comparação com os níveis históricos de 3 por cento. Colocar este teto na Constituição não é difícil — o problema é fazer os credores aceitarem a perda de 4 bilhões de dólares por ano para o Brasil.

Controle do Estado segue forte

A reforma do sistema tributário proposta pela Comissão Afonso Arinos contribui para aumentar significativamente as transferências de recursos para os Estados e municípios. Entretanto, os mecanismos utilizados pelos governos da Velha República para controlar o fluxo de recursos não desaparecerão, de acordo com a proposta da Comissão. Será mantido o organograma atual segundo o qual o fluxo de recursos se dá através dos fundos de participação dos Estados e municípios, sob controle do Estado.

Na prática, a Comissão Arinos não avança no sentido de atender as principais reivindicações feitas pelos governadores e prefeitos, que nos últimos seis meses têm vindo a Brasília para pedir mais verbas e mais autonomia política. Os políticos regionais argumentam que o momento que antecede a Constituinte cria grandes expectativas e fortes reivindicações sociais em favor da distribuição da renda e maior participação nas decisões. A concentração das decisões nas mãos do Estado bloqueia as intenções políticas regionais. O poder do Estado, de acordo com a proposta da Comissão, continuará absoluto na área econômica. O direito de criar depósitos e investimentos

compulsórios será mantido sob as ordens do Estado.

As reivindicações de segmentos à esquerda do PMDB e dos partidos oposicionistas em favor de maior ampliação da base tributária, ampliando a arrecadação tributária sobre os mais ricos e reduzindo os dos impostos indiretos, é defendida pela Comissão de forma tímida, porque adota um comportamento conservador em relação à propriedade, quando diz que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios criar impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

Conforme a Comissão Arinos, o Estado continuará mantendo a autonomia de cobrar a maioria dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação, propriedade territorial rural, operações de crédito, seguro, comunicações, serviços de transportes rodoviários, produção, importação, extração, circulação, distribuição, etc. O poder do Estado se mantém forte na proposta quando a mesma defende o direito dele de manipular livremente as receitas para fixar o limite de suas reservas monetárias.

Como forma de induzir à aceleração da reforma agrária, a proposta da Comissão é a de fixar crité-

rios diferenciados em relação ao valor venal e à produtividade. O imposto não incidirá sobre glebas rurais ocupadas por agricultores e suas famílias.

Os Estados poderão cobrar impostos sobre aquisição, a qualquer título, de bens imóveis, doações, circulação de mercadorias, transporte rodoviário e propriedade de veículos automotores. Em relação às compensações financeiras entre os Estados nas operações interestaduais a alíquota do imposto será uniforme. O Senado, mediante sugestão do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas.

Os municípios cobrarão impostos sobre a propriedade predial, vendas a varejo, locação de bens móveis e arrendamento mercantil. Pertencerão aos municípios, de acordo com a proposta Arinos, 80 por cento da receita do imposto sobre propriedade territorial rural; 40 por cento da arrecadação, pelos Estados, dos impostos que forem sendo criados; 50 por cento da receita do imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro e relativas a títulos e valores mobiliários; 20 por cento da receita do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Os valores serão transferidos aos municípios 30 dias depois de arrecadados.